

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E QUATRO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Maria João Ferreira Alves. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado e Francisco Xavier Pereira Coutinho de Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Teresa Margarida Lucas Claro Antunes Ferreira. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- David Filipe dos Santos Pinto, que justificou a sua ausência e foi substituído por António Carvalheda. -----

----- Hélder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Alexandra Salgado. -----

----- Carlos Roque do Rosário Rêgo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Francisco de Azevedo. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Daniel Carapau. -----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Ferreira. -----

----- Às vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, dando continuidade ao** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação)** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira para uma interpelação à Mesa, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que queria fazer uma interpelação à Mesa, um pedido de esclarecimento sobre o parque de estacionamento a construir. -----

----- Na reunião da Assembleia no dia 12 de dezembro o Mudar Alvalade questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre o facto de não constar nas Grandes Opções do Plano qualquer menção à construção do parque de estacionamento, sendo

que o Senhor Presidente nas respostas que posteriormente deu, de propósito ou não, não respondeu à questão. -----

----- Eis que passados oito dias eram surpreendidos pela Junta de Freguesia com uma publicação no facebook a anunciar que a construção do referido parque iria ter início no dia 2 de janeiro de 2025, sem que tivesse sido ouvida a palavra de todos os fregueses e demais que coabitavam na Freguesia, fossem eles moradores, comerciantes ou trabalhadores...-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso não era uma interpelação à Mesa, era uma intervenção que tinha um lugar próprio quando fosse a informação escrita do Presidente. Tinha de haver alguma ordem ou a Assembleia seria ingerível, dar-lhe-ia a palavra quando chegassem a esse ponto.-----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação de Atas da Assembleia de Freguesia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que já estavam incluídas nas atas as correções que o PCP fez chegar à Mesa. -----

----- Constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 26**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 27**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 28**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 29**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 30**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iam ao trabalho nesse ano de 2025, o ano de reta final e em que naturalmente teriam eleições no mês de setembro ou outubro.-----

----- Sobre a informação escrita referente ao período de setembro a 30 de novembro iria dar algumas informações. Durante esse espaço temporal iniciou-se finalmente um novo contrato dos espaços verdes e foram realizadas as várias visitas operacionais.-----

----- Tiveram também durante esse tempo a plantação de várias espécies arbóreas, subarbustos, herbáceas, tiveram um investimento importante num problema que já se arrastava há muito tempo no Bairro das Estacas, a substituição de uma tubagem

principal da rede de rega, importante para que o sistema em todos os logradouros pudesse funcionar. -----

----- Iniciou-se o processo de aquisição de árvores e arbustos para serem plantados em toda a área da Freguesia, processo que estava a terminar agora. Efetuou-se o abate de algumas árvores que estavam em risco e ramos que estavam secos. -----

----- Durante esse tempo também terminaram a preparação do 10º Mercado de Natal de Alvalade. Aí aproveitava para agradecer à equipa da economia e inovação, nomeadamente a técnica superior Marta Cordeiro e à equipa do mercado, que deu bastante apoio a essa organização, aos trabalhadores da Junta que se disponibilizaram para lá estar durante as datas do evento. -----

----- Nesse ano tiveram uma participação recorde em termos de número de participantes, 62 comerciantes, alguns da Freguesia de Alvalade e outros não, mas a maioria da Freguesia de Alvalade. Quanto aos números de investimento, satisfação dos participantes e do comércio local, iria na próxima informação escrita que estava a ser compilada, a exemplo do que faziam todos os anos. -----

----- Na área da higiene urbana, como já tiveram oportunidade de referir quando da apresentação das Grandes Opções do Plano e do Plano de Atividades, lançaram investimentos bastante relevantes em termos de fardas, as varredouras, material para a deservagem, equipamentos para lavagem de ruas a jatos de frio, placas de sensibilização, sacos biodegradáveis, uma série de investimentos, uns mais correntes e outros mais extraordinários que eram importantes para manter a Freguesia com níveis exigíveis para uma Freguesia como Alvalade. Esse investimento teve um valor superior a 160 mil euros desde o início de setembro. -----

----- Igualmente terminaram o procedimento concursal para a carreira e categoria de assistente operacional em regime de contrato a termo incerto. Foram ocupados seis postos de trabalho, num esforço para a manutenção da limpeza urbana. Fizeram não só um investimento em equipamentos, mas também nos recursos humanos. -----

----- Nesse período foi ainda concluído o procedimento concursal para reservas de recrutamento em regime de contrato por tempo indeterminado, que era importante para ocupar as vagas que tinham ainda no quadro e que teriam de ser preenchidas. -----

----- Permissem-lhe nesse ponto da higiene urbana uma palavra aos trabalhadores da higiene urbana da Junta de Freguesia, que durante o período das festas entre o Natal e o dia 2 de janeiro fizeram um trabalho incrível na mitigação dos problemas com a recolha do lixo por parte da Câmara Municipal de Lisboa, em virtude das greves existentes. Foi um trabalho bastante bem planeado pelos encarregados, pelo encarregado geral, encarregados operacionais e também pela coordenadora, por toda a equipa. -----

----- Apesar de ser também um tempo de festa e tolerância de ponto conseguiram equilibrar as equipas para colmatar os problemas que existiram e que foram transversais a toda a cidade, mas diria que todos os funcionários de todas as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa responderam de forma positiva a esse constrangimento. Principalmente aos trabalhadores da Junta de Freguesia de Alvalade, uma palavra de agradecimento. -----

----- Na área da cultura, tiveram no dia 29 de dezembro o Dia da Freguesia na Aula Magna, em que toda a parte mais lúdica foi ocupada por associações ou instituições da Freguesia, nomeadamente o Clube Atlético de Alvalade, o Lisboa Cantat e o Coro da Universidade Sénior da UBA. -----

----- Em termos de licenciamento, partilhar um tema que era importante, a área do licenciamento. O núcleo de licenciamento estava incluído na DEP e tinha feito um trabalho bastante positivo no sentido de garantir que os estabelecimentos comerciais tinham a ocupação do espaço público em dia. Foram feitas várias acções de

sensibilização junto dos comerciantes, aqueles que não tinham o licenciamento em dia e que com base nessa sensibilização não iniciaram o processo de regularização foram notificados a efetuarem e àqueles que não o fizessem haveria processos de contraordenação. -----

----- Esse trabalho foi bastante positivo, garantir a equidade entre todos os estabelecimentos comerciais. Os valores apurados, só para terem uma ideia, a ocupação do espaço público em 2022, de janeiro a 31 de agosto, tinham um valor de receita de 102 mil euros, em 2023 foi ligeiramente abaixo, cerca de 99 mil euros, de janeiro a 31 de agosto de 2024 estava na ordem dos 145 mil euros. Isso representava um aumento de mais de 48% em relação ao ano de 2023. Era um esforço da equipa do núcleo de licenciamento que queria deixar uma saudação, porque era importante e de louvar, garantiam a equidade entre todos os comerciantes e receitas para a Junta de Freguesia poder desenvolver o trabalho que lhe era pedido pela população. -----

----- A nível do espaço público, a manutenção dos parques infantis e equipamentos de fitness, tinham feito a manutenção regular. Fizeram um investimento importante no parque infantil junto ao quiosque dos Coruchéus, num valor de cerca de 14 mil euros na substituição do pavimento, um pedido que tinham já há algum tempo e que foi ao encontro daquilo que a população ia solicitando. -----

----- Nos CDCs, como era do conhecimento geral, terminaram duas obras que eram relevantes, nomeadamente no campo de jogos da Teixeira de Pascoaes. Era uma questão já de segurança dos utilizadores e que já ia do mandato passado, que estava identificado já no mandato passado com alguns relatórios também do LNEC, que atualizaram e verificaram que a intervenção era urgente. Inscreveu-se nos CDCs e realizaram essa intervenção em áreas estruturais do edifício de apoio, dos balneários, que tinha uma área considerável. Houve renovação das redes de água, de esgotos, rede elétrica, substituição de pavimentos e mobiliário, a instalação do novo sistema de aquecimento de água sustentável com painel solar, substituição integral do relvado do campo. Uma obra também importante foi a demolição do muro envolvente nesse relvado, que era algo perigoso para os jovens que praticavam o futebol nesse equipamento. Substituiu-se toda a iluminação por iluminação led, numa obra de cerca de 157 mil euros já com IVA. -----

----- Terminou-se a última fase de requalificação e reabilitação dos espaços verdes na envolvente da escola básica de São Miguel. Só uma semana atrás retiraram as proteções porque deixaram que as espécies arbóreas e demais elementos verdes consolidassem para que se pudesse tirar essas proteções, mas foi uma obra concluída. Só para terem um exemplo que não estava na informação escrita, plantaram mais de 11 exemplares arbóreos, 113 arbustos em sebe, mais de 880 metros quadrados de prado florido, 630 metros quadrados de relvado e mais de 4500 espécies arbustivas e herbáceas. -----

----- Foi um investimento nessa última fase de 82 mil euros mais IVA e esse investimento de requalificação, esse CDC no total teve um custo de 120 mil euros, que incluiu a requalificação do lago e também de alguns canteiros da Rua Diogo Bernardes. -----

----- A nível da segurança, tiveram desde o início de setembro e agora mais em dezembro alguns temas de segurança na Freguesia, nomeadamente na Avenida de Roma junto com os comerciantes que sofreram alguns assaltos e alguns recorrentes. Tinham uma proximidade bastante grande com a 18ª esquadra, falava bastante com o Senhor Comandante. Obviamente que a polícia tinha mais informação do que aquela que podia partilhar, por questões que todos compreenderiam. O tema estava com a divisão de investigação criminal e acreditava que tinha as pessoas identificadas. O Senhor Comandante dizia que tinham sido muito diligentes a chegar ao local aquando da ocorrência, mas já não conseguiam encontrar as pessoas em flagrante delito e, portanto, estava em investigação pela divisão de investigação criminal. -----

----- O Senhor Vogal da segurança e proteção civil já esteve a falar com os comerciantes que sofreram esses assaltos e tinham colaborado com a 18ª esquadra não só em termos de relacionamento institucional, mas também a Junta tinha participado em ajudar a melhorar as condições da polícia, dos agentes que estavam adistritos à 18ª esquadra. Fizeram-se pequenas obras de requalificação através de um apoio não financeiro à PSP, cerca de 10 mil euros, requalificação das áreas públicas da esquadra e também das áreas mais privadas dos agentes a nível de balneários, colocação de equipamentos de ar-condicionado. Dar alguma dignidade, que não devia ser a Junta de Freguesia a fazê-lo, mas tinham essa obrigação moral de ajudar também aqueles que os ajudavam. -----

----- Adicionalmente, iriam realizar um protocolo de cedência de equipamento informático à PSP em duas vertentes. A divisão de investigação criminal estava a tentar abrir uma nova esquadra na Cidade de Lisboa. Os 24 Presidentes de Junta reuniram com o Senhor Comandante e foi-lhes pedido esse apoio a nível de equipamentos informáticos. A Junta de Freguesia iria prestar esse apoio, acreditava que tal como as outras Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, num valor de 2 mil euros mais IVA. Para a 18ª esquadra 1500 euros mais IVA, porque as condições de trabalho por vezes eram muito más para eles poderem fazer aquilo que tinham que fazer, que era assistir a população e fazer o trabalho de proteção de todos. -----

----- Como sabiam, o anterior Executivo cedeu um carro à 18ª esquadra, que teve um problema mecânico em setembro ou outubro e prontamente disponibilizaram a reparação, tal como estava protocolado, ou a 18ª esquadra ficaria sem nenhum veículo para fazer as rondas. Um investimento de cerca de cinco mil euros. -----

----- Quanto à construção do parque de estacionamento de Alvalade, alguns dos temas levantados eram por desconhecimento ou falta de atenção às reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara sobre os temas de Alvalade. Não queria acreditar que fosse má-fé, mas era mesmo desconhecimento. -----

----- Sendo uma boa notícia, era óbvio que quando da apresentação do Orçamento, se a Junta de Freguesia já tivesse a informação que as obras iriam começar teria partilhado porque era uma boa notícia para todos, que andavam a pedir isso há 20 anos. Portanto, não entendia a desconfiança com uma boa notícia que que pudesse ser dada nessa altura e tivesse que esperar. Não deu a informação que estaria para breve porque já estava para breve desde junho, quando foi aprovado em Assembleia Municipal, mas não tinha informação das datas. -----

----- A obra começou efetivamente no dia 2 de janeiro, o parque teria 233 lugares, três pisos mais a cobertura, a responsabilidade era do concessionário, a Telpark do grupo Empark, foi um direito de superfície trocado de um local do centro de Lisboa para Alvalade. Teve mais algumas peripécias pelo meio, porque a Bragaparkes tinha um direito de superfície na zona de Alvalade ainda de 1992. Houve uma série de diligências até chegar à Assembleia Municipal e que foi necessário a Câmara Municipal de Lisboa tratar antes de chegar a essa alteração do direito de superfície, teve que se avaliar as condições económico-financeiras, uma série de trâmites que foram passados. Essa informação era pública no relatório da oitava comissão. -----

----- O Senhor Vice-Presidente cometeu um erro e foi avisado pelos senhores deputados municipais, foi avisado pela Junta de Freguesia na altura, que prestou declarações que não correspondiam à verdade. Não era que ele não quisesse dizer a verdade, mas foi mal informado pelos serviços. O parque de estacionamento ao lado do mercado não era da EMEL e sim da Junta de Freguesia, mas explorado pela EMEL. A Junta de Freguesia pagava mensalmente para que a EMEL pudesse gerir esse parque de estacionamento. ---

----- Informou-se o Senhor Vice-Presidente e disseram qual era a contrapartida, porque na reforma administrativa tanto o mercado como o parque de estacionamento passaram

para a Junta de Freguesia, que na altura teria uma receita de 60 mil euros e foi aumentando, tendo fechado o ano de 2024 à volta dos 174 mil euros de receita bruta e a receita líquida ficaria à volta dos 160 mil euros por ano para a Junta de Freguesia. -----

----- Primeiro tinha que haver algo formal a dizer que o parque passou para a esfera municipal novamente e depois tinha que haver uma compensação financeira à Junta de Freguesia por esse a perda de receita. -----

----- Sabiam que nas obras havia sempre problemas, era uma mudança de dinâmica, o empreiteiro tinha um prazo previsto de sete meses e podia demorar um pouco mais, mas queria acreditar que a Empark sabia construir parques de estacionamento e quando dizia que eram sete meses deveria andar lá perto. -----

----- A EMEL terminou no dia anterior os trabalhos na Avenida da Igreja, repintou parte do estacionamento para providenciar à população e a quem visitava mais 25 lugares de estacionamento. Essa situação já podia ter sido feita mais cedo e, se fossem ver as informações escritas anteriores, já tinham pedido essa solução para preparar o início das obras do parque do estacionamento. Não sabiam quando era, mas sabiam que era importante mitigar e planear com antecedência. Só receberam as soluções desenhadas pela direção municipal de mobilidade no dia 18 de dezembro, com várias soluções. -----

----- Entre setembro e novembro de 2023 a Junta de Freguesia realizou um inquérito à população residente na Avenida da Igreja e transversais e aos comerciantes, perguntando como queriam a Avenida da Igreja enquanto as obras do estacionamento estavam a ser realizadas. A larga maioria pediu em espinha nas duas laterais. A verdade era que a direção municipal de mobilidade fez o desenho e era possível ter espinha nas duas laterais, ficava uma via para cada lado como estava agora, mas com o tamanho bastante mais curto, em que iria provocar fortes estrangulamentos na circulação, ainda que regulamentar. -----

----- Entendeu-se em conjunto com a Câmara Municipal que seria mais prudente implementar de um lado, ver como corria e depois, no futuro, a Câmara Municipal definir com base nos técnicos. Não eram os técnicos da Junta, que não tinham competências na área da mobilidade, a opinar sobre essas matérias. Fez-se um estudo, partilharam com a Câmara e dos 269 comerciantes ouvidos eram 60% a querer em espinha em dois sentidos. Na Avenida da Igreja, a experiência que tinham, achavam que a segunda fila criava ali uma dinâmica importante para o negócio, mas como entidade pública não podiam defender coisas que não estavam no Código da Estrada. -----

----- A nível dos moradores, 488 responderam ao inquérito, 380 queriam espinha nos dois sentidos, 77%. Percebia que quem morava ali quisesse mais estacionamento que os comerciantes, queriam alguma rotação. Havia 107 que queriam tudo na mesma, 22%. --

----- Relativamente a algumas questões que o Mudar Alvalade foi colocar nas redes sociais da Junta de Freguesia aquando da colocação da informação, lembrava que esse era um tema da Câmara Municipal de Lisboa, que era importante e que a Junta se calhar gostava de ter participado mais, mas o problema desses sistemas mais estruturais era que andavam a discuti-los há 20 e 30 anos e nada acontecia. Os políticos, na sua opinião, eram eleitos para tomar decisões. Obviamente que havia matérias mais de consciência e tinham que ser ouvidas todas as pessoas, mas todos eram eleitos para tomar decisões e essas decisões por vezes não se compadeciam com abrir novos processos de discussão. -----

----- Aquilo já era um parque de estacionamento e a localização na sua opinião, que valia aquilo que valia, mas os estudos da Câmara avaliaram várias soluções. Por baixo do Largo Frei Heitor Pinto já havia um estudo prévio do atual diretor municipal da mobilidade para aquele local e que devia ter tido algumas questões técnicas, nomeadamente por causa das árvores. Em tempos foi estudado um parque de

estacionamento por baixo da Avenida da Igreja, que não era comportável e os comerciantes não queriam e em 2004 esse projeto teve que ser retirado pelo então Presidente da Câmara Santana Lopes porque houve uma grande contestação. -----

----- Aquela solução era a melhor, mas podia ter a opinião que ele devia ser mais enterrado, que os pisos deviam ser todos para baixo, eventualmente poderiam, mas o equilíbrio económico e financeiro se calhar não era viável, ou até do ponto de vista técnico. Isso devia ter sido estudado, o urbanismo da Câmara pronunciou-se, a direção municipal do património, a direção municipal de mobilidade. -----

----- Achava que era uma boa notícia iniciar as obras do parque de estacionamento e que todos os partidos, exceto eventualmente o BE, mas não tinha presente, apresentavam um parque de estacionamento para a zona envolvente no programa eleitoral. Não se lembrava, mas normalmente o BE queria menos carros e na sua lógica o parque de estacionamento levaria mais carros. Estava a falar de cor, mas havia um grande consenso para que o parque de estacionamento fosse construído. -----

----- Na última reunião o Mudar Alvalade disse que nas Grandes Opções do Plano não constava nada sobre o parque de estacionamento nem da requalificação do mercado. Só havia uma possibilidade, era que não leram o Plano de Atividades nem as Grandes Opções do Plano, porque na página 8 das GOP dizia o seguinte:-----

----- “Junto da Câmara Municipal de Lisboa garantir que o projeto de construção do parque de Alvalade se inicie no primeiro trimestre de 2025”. Estava escrito dessa forma porque em junho de 2021 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou o direito de superfície para a Empark naquela localização. Por essa razão inscreveram isso no Plano de Atividades, como já e estava nos outros planos de atividades, pugnar junto da Câmara para fazer o parque. Convinha era ler as Grandes Opções do Plano e não dizer que não constava lá nada. Também estava informação sobre a requalificação do mercado, era só irem procurar e ler essa informação. -----

----- Depois diziam-se outras coisas que o deixavam profundamente perplexo: “As bandeiras e promessas da campanha PSD/CDS e que ficaria muito admirado se, entretanto, surgisse algo do género, a não ser que tirassem um coelho na cartola”. Acontecia que tiraram mesmo e a informação estava no Plano de Atividades, era um tema que andavam a falar desde o início do mandato. Já havia uma decisão da Assembleia Municipal de junho, o mandato acabava em outubro de 2025, achava estranho que não pudessem trabalhar no último quarto do mandato. Era não tomar decisões e guardar para o futuro. -----

----- Depois havia outras coisas, que não foram ouvidos os órgãos competentes, que não foi ouvida a população, etc., que houve uma recomendação do Mudar Alvalade em que devia haver uma discussão pública. Pois devia haver uma discussão pública, mas a Junta de Freguesia não ia abrir uma discussão pública quando não tinha poder de decisão sobre aquela matéria específica e quando já estava decidida em junho de 2024.-----

----- Era preciso que os eleitos locais, que tinham responsabilidades políticas, também soubessem aquilo que iam dizer à população. Tinham mais responsabilidade do que a população que não era eleita para os órgãos autárquicos e mais obrigação de ter informação e de ler a informação. As notícias de junho de 2024 saíram em todos os meios de comunicação social, no Observador, no Correio da Manhã, em todos. “Assembleia Municipal de Lisboa aprovou o novo parque de estacionamento junto ao Mercado de Alvalade”, em 18 de junho de 2024. Aliás, com a abstenção do Partido Socialista e um deputado municipal do Partido Socialista indicado pela secção de Alvalade que votou a favor. A informação estava disponível. -----

----- Indo à parte temporal, como deviam imaginar tinham reuniões com vários pelouros da Câmara Municipal e na última reunião com o Senhor Presidente da Câmara sobre as

obras do Mercado de Alvalade, para ver quando o concurso seria lançado da concessão do supermercado, tinha perguntado sobre o parque de estacionamento. Ainda estava na direção municipal de urbanismo a finalizar a aprovação do projeto e a ser discutido e consensualizado com a direção municipal de higiene urbana por causa dos contentores de recolha do lixo, mais dificuldades para avançar.-----

----- No dia 10 de dezembro com o engenheiro João Santos eram convocados para uma reunião com o Senhor Vice-Presidente e foram reunir no próprio dia, a Assembleia de Freguesia foi no dia 12. Chegaram ao gabinete do Senhor Vice-Presidente e estava a empresa promotora do projeto, a Empark, sendo a primeira vez que lhes disseram que o projeto estava aprovado e mostraram as plantas. Disseram que a obra podia começar na próxima semana e tinha-lhes explicado que na próxima semana era impossível, era o melhor mês para os comerciantes da Avenida da Igreja. Da parte da Junta teria toda a oposição para começar a obra nessa data, estavam a ver as plantas pela primeira vez, não sabiam como iria ficar, estavam só ali a saber o número de lugares de estacionamento e antes de janeiro seria impossível. -----

----- Ficou marcada uma reunião com os técnicos da Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empreiteiro e Empark para uma sexta-feira logo a seguir e entre técnicos chegarem a uma conclusão de quando seria mais razoável começar as obras. Nessa mesma reunião foi decidido que as obras, se não estava em erro, começavam no dia 15 de janeiro e a Empark dizia que não era possível, que os custos de estaleiro seriam bastante elevados e já tinham combinado com o empreiteiro que a obra começava a meio de dezembro. Isso não era um problema da Junta, mas era um problema que a obra tivesse começado mesmo nessa data, que iria pôr em causa o Mercado de Natal, os comerciantes e o Mercado de Alvalade. -----

----- Tiveram uma nova reunião no local no dia 18 com todos, em que já tinha estado presente também o gabinete do Senhor Vice-Presidente, onde tentaram articular várias coisas, comunicação aos comerciantes do mercado, garantir que a ocupação da via pública do estaleiro contemplasse alguns lugares para os comerciantes do mercado, que muitos deles moravam fora de Lisboa e não tinham forma de deixar os carros de cargas e descargas em lado nenhum. Tinha que ser acomodado ou o mercado não funcionaria. -

----- A Junta era um facilitador e um defensor dos direitos dos comerciantes, principalmente do Mercado de Alvalade, e de querer prestar toda a informação em tempo útil. Acordaram que os flyers seriam feitos pelo Município de Lisboa e a Junta de Freguesia distribuir com a ajuda da EMEL. Fez-se todo esse trabalho e tinha que reconhecer que o departamento de comunicação da Câmara Municipal foi muito diligente e no dia 20 tinha ido à casa da imprensa da Câmara Municipal em Marvila buscar os flyers. Nos dias 20, 21 e 23 foi o Executivo distribuir a todo o comércio e caixas do correio da Avenida da Igreja e transversais, nos dias 26 e 27 a EMEL fez nas ruas um pouco mais distantes do Mercado de Alvalade. -----

----- Apesar de ser um projeto promovido pela Câmara Municipal e pela Empark, a Junta de Freguesia quis estar próximo, foi diligente e dentro do espaço temporal que tinha agiu da melhor maneira possível. Antes dos players da Câmara estarem prontos foi ao Mercado de Alvalade com o Vogal Filipe explicar o projeto a todos os comerciantes do mercado e a alternativa que iam ter, aqueles que tinham carrinhas maiores, para estacionar e poderem descarregar os seus produtos no Mercado de Alvalade. -----

----- Era a resenha histórica do que se passou. Se lhe perguntassem que a comunicação devia ter sido feita mais cedo e de forma atempada, concordava 100%, mas o projeto foi aprovado, o empreiteiro quis começar a obra e tiveram que responder nessa mesma moeda. Foi muito importante esse trabalho e a obra começou, o empreiteiro tinha

correspondido a todas as solicitações que eram feitas até para agilizar alguns temas dos comerciantes do Mercado de Alvalade.-----

----- Anunciava em primeira mão que estavam a tentar negociar com a Câmara de Lisboa uma redução de renda que fosse suportada pela Câmara Municipal de Lisboa aos comerciantes do Mercado de Alvalade enquanto o parque estava em construção, durante oito meses. Tinham a noção que poderia haver alguma perda de receita e ainda estavam a discutir isso com a Câmara Municipal de Lisboa para que participasse. A Junta estava disposta a fazer um pequeno esforço financeiro para ir ao encontro, mas a Câmara Municipal também tinha que se chegar à frente para contribuir e para que todos pudessem sofrer o menos possível. A partir de agosto os negócios iam certamente prosperar mais, em virtude do aumento para o dobro da capacidade do parque existente.

----- Era a informação que queria dar e ficava à disposição para responder a qualquer questão que decidissem colocar. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que agradecia o esclarecimento sobre o parque de estacionamento, informação essa que não constava da informação escrita a que tiveram acesso. -----

----- Recordava que foi aprovada em final de 2023 uma moção do Mudar Alvalade para que os fregueses fossem ouvidos nesse processo, moção essa que não foi respeitada. Bem sabiam que isso era uma obra cuja responsabilidade ia da Câmara Municipal de Lisboa, mas eram da opinião que a Junta de Freguesia podia ter feito um esforço mais acentuado por forma a que os fregueses fossem ouvidos, dado que era uma obra de grande envergadura no coração de Alvalade e que parecia ter sido dada como adquirida sem sequer ter havido espaço para participação pública.-----

----- Inicialmente passou-se de um parque subterrâneo no Largo Frei Heitor Pinto para um silo automóvel de dois pisos no meio de zona urbana. Não percebiam a razão de não se continuar a fazer um parque subterrâneo e poderiam dizer que era por opções técnicas, mas todos tinham opinião e nesse caso se construíssem o parque de estacionamento subterrâneo permitia regularizar o espaço público e criar um espaço verde no centro de Alvalade. -----

----- Lamentando o facto de não terem sido respeitadas as decisões ali tomadas por todos, que essa moção foi aprovada, havia vários aspetos que o Mudar Alvalade gostaria de ver esclarecidos. A Junta de Freguesia a 12 de dezembro teria conhecimento que as obras iriam ter início muito em breve com certeza, porque a placa colocada nos tapumes da vedação da obra indicava que as obras foram licenciadas a 29 de novembro. Portanto, havia aí alguém distraído efetivamente, mas não era o Mudar Alvalade com certeza. ----

----- Parecia não haver uma comunicação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia, porque tinham uma obra licenciada a 29 de novembro e existiam todos os projetos que eram morosos, a contratação do empreiteiro, não era um processo que se fizesse de um dia para o outro. -----

----- Na informação escrita não parecia estar patente, mas estavam ali para ser esclarecidos de durante esse período haver reuniões entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. O que viram foi um pedido de esclarecimento sobre como iria ser o estacionamento na Avenida da Igreja. -----

----- Aproveitava também para perguntar quem iria gerir essa infraestrutura no futuro e quem iria ficar com as receitas. Na ausência das receitas, que eram cerca de 160 mil euros, parecia ter sido referido que havia uma intenção da Junta de Freguesia ser ressarcida desse valor e questionava se era intenção ou se já era o dado adquirido que esse valor iria para a receita da Junta de Freguesia. Se fosse esse o caso, teriam que

proceder a uma retificação do Orçamento aprovado no dia 12 de dezembro. Estavam ali a aprovar algo que alguém já sabia que iria sofrer alterações.-----

----- Perguntava também se o parque de estacionamento continuaria a ser gratuito depois das 16 horas e qual o tarifário que seria praticado, se seria igual ou não ao que atualmente existia. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Manuel dos Santos, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (II)** disse que começava pelo tema do estacionamento, um tema que lhes era caro no programa da Iniciativa Liberal. Saudavam as obras que finalmente se iniciavam no parque de estacionamento de Alvalade. -----

----- No entanto, para além da sua importância, o novo parque de estacionamento não iria alterar muito o tráfego que se verificava se não houvesse mudanças na fiscalização do estacionamento irregular na Avenida da Igreja e na Avenida Rio de Janeiro junto ao mercado. Eram casos que já tinham apresentado antes na Assembleia da Freguesia. -----

----- O encerramento do parque iria criar vários meses de muito trânsito, como sabiam, porque não havia soluções efetivas. Era precisamente por isso que sugeriam que o estacionamento em espinha devia ser alargado a toda a primeira metade da Avenida da Igreja e também a rotunda junto à igreja, como havia noutros locais perpendiculares à Avenida da Igreja.-----

----- Para compensar os 118 lugares do parque agora encerrado foram criados mais 25 lugares e, segundo percebiam, os lugares eram para os trabalhadores do mercado que aparentemente já tinham lugares no parque que agora estava fechado, teria sido uma compensação. Não obstante, gostariam como sugestão de propor a colocação de placas fixas indicando isso mesmo e referindo o espaço temporal, podendo assim libertar lugares quando esses não estavam a ser precisos para quem queria deslocar ao comércio ou outros serviços, como era o caso de complexos desportivos, piscinas. Podia haver uma sinalética e que esses espaços fossem utilizados por mais cidadãos ao longo do dia.

----- Para proteger os moradores, por exemplo o estacionamento na Rua José Duro devia passar a ser exclusivo no período das 19 horas até às 9 da manhã. Era outra sugestão que gostariam de deixar no que se referia à zona envolvente à construção do novo parque de estacionamento. -----

----- Ainda em relação ao tema do estacionamento, mas numa outra zona da Freguesia de Alvalade, na Guilhermina Suggia, era uma zona em que escasseava estacionamento junto aos prédios e às moradias. Acreditavam que existia espaço para a criação de mais lugares nas ruas perpendiculares à Rua Guilhermina Suggia e que podiam ser aproveitados para estacionamento em vez de serem largos passeios apenas com pequenos depósitos de lixo que poderiam manter-se nessa zona ou serem facilmente realocado, porque havia uma área vasta que não tinha qualquer tipo de utilidade com passeios bastante largos. A Junta de Freguesia de Alvalade e a EMEL poderiam transformar esse espaço tendo em vista a criação de mais estacionamento, depois havia cada vez menos lugares.-----

----- Na Rua General Pimenta de Castro, perpendicular à Frei Miguel Contreiras, na Rua Francisco Andrade, na Rua António Andrade e Rua D. Francisco Sousa Coutinho, em todas as ruas acontecia precisamente o mesmo. Havia espaço para a criação de mais estacionamento, nas quais de um lado e do outro havia uma larga área sem utilização. --

----- Como referiram ali várias vezes, a criação de mais estacionamento na zona da Avenida da Igreja era importante, mas não ia dar resposta a todas as artérias e áreas da Freguesia de Alvalade, porque era uma área grande e daí a necessidade de ir apostando em mais estacionamento noutras ruas da Freguesia de Alvalade.-----

----- Aproveitando a informação escrita, gostaria apenas de mencionar um outro tema relacionado com a educação, dando o exemplo concreto da escola primária do Bairro de São Miguel que sempre dispôs de atividades extracurriculares durante os momentos de ocupação de tempo livre, entre o final das aulas e a hora em que os pais iam buscar as crianças, os seus filhos. Atividades como judo, guitarra, teatro, entre outras. -----

----- Os pais, seguindo os escalões de rendimentos, subsidiavam parcialmente as atividades nessa escola primária, pagando algo como 15 euros por mês por atividade no pior dos casos. Nesse ano letivo a Câmara Municipal de Lisboa informou a associação de pais que o protocolo que subsidiava parte dessas atividades por parte da Câmara não permitia que os pais co-subsidiassem, apesar de tal ser prática de décadas nessa escola e uma prática que funcionava bem. -----

----- No fundo, as crianças dessa escola deixaram de ter acesso a essas atividades extracurriculares no pós-horário escolar, dado que a associação de pais não podia entrar em conflito com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Apresentavam esse caso porque era um exemplo concreto que retratava uma intromissão excessiva e exagerada do Estado, nesse caso a Câmara Municipal de Lisboa. Em todo o caso, como era uma escola pertencente à Freguesia de Alvalade deixavam ali esse caso prático, à luz de uma suposta equidade, razão apontada para os pais não poderem subsidiar as atividades e sendo o resultado a suspensão de uma atividade que funcionava bem e que era bastante benéfica para a aprendizagem dos alunos. Era também uma ajuda para os pais, que podiam ficar descansados mais tempo por terem os seus filhos acompanhados naquele que era um serviço de qualidade e benéfico para todos os envolvidos, para pais e crianças, em que os pais estavam manifestamente agradados por pagarem um valor simbólico, módico, que permitia às crianças poderem usufruir desse serviço que terminou. -----

----- Deixava também esse caso para que pudesse ser analisado e retomado, porque era esse o desejo dos pais das crianças. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Mário Branco, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha apenas duas questões, uma referente à informação escrita, que tinha referido a aquisição de serviços de apoio administrativo para o serviço de higiene urbana com valores bastante diminutos, 1400 euros em 2024, 2800 euros em 2025. Gostaria de saber exatamente o que era esse apoio administrativo. -----

----- Outro assunto era algo que o PS já levava ali desde 2021. A primeira e segunda reunião da Assembleia de Freguesia foram bastante atribuladas na altura e perguntaram pelo plano de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas e o relatório. O Senhor Presidente da Junta foi “empurrando com a barriga”, certamente por não querer assumir o ano 2021 na totalidade, de forma totalmente errada no âmbito das suas competências. Mais tarde atribuiu a responsabilidade aos trabalhadores da Junta de Freguesia e assim foi empurrando, até que chegaram ao ano 2025 no final de mandato e em que o Executivo da Junta até tinha estado particularmente ativo na forma como comunicava as suas atividades. -----

----- Queria perguntar se existia informação que já estava prevista no plano, os relatórios anuais ou alguma informação que fosse semelhante, se finalmente existia o plano de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas actualizado, que era prometido. Estavam a falar de transparência e aí não havia esquerda e direita, havia certo ou errado. Desafiava o Senhor Presidente a reverter uma das medidas tomadas, quando deixaram de transmitir as reuniões do Executivo da Junta de Freguesia. O anterior Presidente dizia que a transmissão diminuía a transparência, num paradoxo que nunca conseguiram compreender, pelo que desafiava a tomar essa decisão até ao final do mandato. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que havia alguns tópicos que gostariam de levantar e começava pela parte da educação. O Membro da IL já levantou em relação à questão dos CAFs, era em várias escolas e tinham recebido vários contatos de associações de pais nesse sentido. Naturalmente que era um assunto dirigido à Câmara Municipal de Lisboa, apresentado na Assembleia Municipal de Lisboa e nas reuniões de Executivo pelos eleitos da CDU em diversas ocasiões. -----

----- O que perguntava era quais tinham sido as diligências da Junta para garantir esse funcionamento. Era uma responsabilidade da Câmara Municipal, a partir do momento em que recebeu essa atribuição da gestão das escolas, também garantir essa parte dos tempos livres. Tinha pelo menos que providenciar um mecanismo que permitisse às famílias e aos estudantes estarem em conforto e garantir algo que não dizia ser ocupação, porque ocupação para as crianças era uma pena, eles tinham era que se divertir, mas havia muito que se podia fazer. -----

----- Queria saber o que a Junta tinha feito nesse caso concreto para responder às associações e às preocupações dos pais, mas também se tinha feito alguma coisa para garantir uma solução alternativa ao que foi agora de certa forma cortado por essa decisão da Câmara Municipal. -----

----- Ainda na área da educação, em junho do ano anterior apresentaram uma moção onde falavam de obras em três escolas em particular, a Gago Coutinho que teve alguns desenvolvimentos, a Eugénio dos Santos, mas também o Instituto Gregoriano. Mais uma vez a responsabilidade era da Câmara Municipal, mas era uma responsabilidade que os afetava a todos, como referiram na altura, porque tinha a ver com questões de segurança e do conforto dos alunos. -----

----- Essas escolas continuavam por intervir, sabiam e até por resposta da Vereadora Filipa Roseta, que a justificação que deu era que andaram a “empurrar com a barriga” esses anos todos porque queriam responsabilizar o Executivo anterior, que também responsabilizaram por algumas coisas em relação a essa matéria, mas entre o projeto e a construção essas obras poderiam demorar quatro a seis anos, o que queria dizer que estavam a manter o risco durante esse tempo todo com mais a questão da deterioração normal que ia acontecer nesse período. -----

----- Portanto, sabendo que já houve contatos por parte da Junta, mas perceber qual era a pressão que estava a ser não só para essas obras de grande envergadura. As escolas que tinha referido foram identificadas como alto risco sísmico e que deviam ter uma intervenção prioritária e urgente pelas entidades competentes, no caso o LNEC. A verdade era que supostamente havia uma lista e isso já foi falado várias vezes. Enquanto cidadão, representante partidário, também nunca conseguira ter acesso à lista e a priorização dessas escolas, nem outras pessoas que tinham pedido nas reuniões do Executivo da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

----- Saber o que a Junta de Freguesia tinha feito para garantir que havia uma celeridade aí, que seriam encontradas soluções para diminuir o risco dos alunos e das crianças estarem nas escolas. -----

----- Além disso, um ponto adicional mais fácil de resolver e que também não era resolvido, as obras de manutenção que não eram assim tão caras e foram pedidas. Já houve algumas que aconteceram, no caso da Eugénio dos Santos, havia outras para fazer e que também algumas delas punham em risco a saúde dos alunos, nomeadamente a persistência de bolores em algumas salas de aula, em alguns dos espaços letivos e não não letivos da escola. Portanto, perguntava a pressão que a Junta tinha estado a exercer sobre a Câmara Municipal. -----

----- Passando para uma questão mais abrangente, nesse caso com o espaço público e aí mais dois ou três pontos. Um deles referia-se àquela zona expectante atrás da Faculdade de Letras, que estava ocupada por um monte de terra e que julgava estar relacionado com umas obras que estavam ali a acontecer. Era uma zona expectante e não cortando, conforme crescia era um potencial muito grande até de vivência. Saber o que acontecia a esse espaço, o que se pretendia fazer e qual a razão de estar ali aquela terra toda. -----

----- Parecia haver uma prioridade em ocupar o espaço público com estacionamento, o que era uma opção política de cada um, mas era um paradigma muito antigo e sabiam que estacionamento atraía mais estacionamento e carros atraíam mais carros. Também estava mais do que estudado com factos, não era lançado para o ar, desde pelo menos os anos 60 ou 70 do século passado, que a vivência das cidades se fazia pela proximidade das pessoas. Havia um livro muito bom, “A vida entre edifícios”, que recomendava a toda a gente que o pudesse ler comprando ou indo a uma biblioteca.-----

----- Se o espaço não era confortável e não estava disponível para as pessoas utilizarem, se não promovia a proximidade entre as pessoas, era dito várias vezes pela CDU que seria preciso reformular e ter uma estratégia pedonal concreta para a Freguesia de Alvalade. Obviamente que a responsabilidade mais uma vez no seu todo era da Câmara Municipal de Lisboa, mas nada impedia a Junta de Freguesia de avançar nesse sentido. A preocupação com algumas das obras que iam sendo feitas era garantir que essa proximidade não se perdia, que as pessoas continuavam a ter acesso às coisas que precisavam de uma forma direta e que realmente podiam deslocar individualmente, encontrar amigos e até desconhecidos na rua e com isso encetarem novas relações, viverem a cidade.-----

----- Em relação à segurança rodoviária, não ia pegar muito nas obras do mercado, mas esclarecer que o programa da CDU não tinha a construção do parque de estacionamento e nos discursos que foram feitos nas tomadas de posse respetivas, além do BE, a única que não referiu um aumento rápido de lugares de estacionamento foi também a CDU. Até falaram de ter um limite de lugares de estacionamento na Freguesia, mas não ia adiantar e era uma coisa para discutir noutros fóruns provavelmente. -----

----- Já tinham falado nas medidas de acalmia de tráfego, nomeadamente a questão da Estados Unidos da América e das Forças Armadas. No caso da Estados Unidos da América as passadeiras foram repintadas e bem, nas Forças Armadas aquele vermelho à volta, as medidas continuavam a ser poucas. À noite nalguns casos e com a inclinação que tinha via-se mal, quem fosse a 80 km por hora a noite não era esporádico.-----

----- Ao nível das betãoceiras, passava lá várias vezes e não via nenhuma alteração que permitisse garantir uma maior segurança no atravessamento. Teria que ser negociado com várias entidades e o Senhor Presidente da Junta referiu, mas referiu também a inclusão de uns semáforos com umas câmaras que iriam parar mesmo o tráfego. Saber como isso estava, porque realmente era uma situação bastante relevante. -----

----- Em relação ao posto de higiene, o balneário feminino, saber como estava. -----

----- Por último o seguro dos trabalhadores, se já havia um novo seguro ou não de trabalho e qual foi a seguradora contratada, sabendo que a anterior estaria a prestar um mau serviço. Pelo que apuraram a sua reputação também não era boa, segundo algumas farmácias e outros prestadores de serviços de saúde. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que tinha uma questão que foi reportada pelos fregueses do Bairro das Estacas. Disseram que comunicaram por escrito à Junta de Freguesia que se estava a agravar a situação do estacionamento caótico no Bairro das Estacas e quando chegavam a casa depois do trabalho havia carros e estacionados por

todo o lado, em segunda fila, nas curvas e que o autocarro chegava a não conseguir fazer a curva no Teatro Maria Matos e que isso causava engarrafamentos. Queria deixar essa situação e perguntar se o Executivo já teve ocasião de responder, porque foi há cerca de um mês que lhes comunicaram e porque na mesma altura isso foi comunicado por escrito para a Junta de Freguesia. -----

----- Corrigia só um aparte do Senhor Presidente, porque o BE não era contra os automóveis. Obviamente que muitas pessoas precisavam dos automóveis para se deslocar, o que queriam era dar prioridade ao investimento em transportes públicos e na mobilidade suave, que fosse segura e o mais gratuita possível. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que no Bairro das Estacas já receberam algumas informações de moradores pela dificuldade de estacionamento que se tinha agravado, devido ao facto de pessoas que frequentavam a restauração e o Teatro Maria Matos estarem a estacionar na zona de residentes. Comunicaram essa situação à EMEL e estava previsto o reforço da sinalização, tanto vertical como horizontal, para informar as pessoas que aqueles lugares eram exclusivos a moradores. A intervenção seria na próxima semana e a EMEL até pediu ajuda à higiene urbana para fazer uma limpeza, para que as pinturas fossem feitas de forma mais eficiente. Esperavam que essa situação pudesse ser mitigada. -----

----- Paralelamente, na sequência dos e-mails que receberam de alguns moradores e também de alguns contatos que foram feitos, tentaram sensibilizar outra vez o Teatro Maria Matos para que na interação com o público pudesse pedir para as pessoas se deslocarem nos transportes públicos, explicando que aquela zona maioritariamente à noite era exclusiva a moradores. Portanto, fizeram o que lhes competia e iriam acompanhar a situação, ver se melhorava aquando do reforço da pintura e sinalização por parte da EMEL. -----

----- Quanto ao tema das escolas, os CAFs das várias escolas da Freguesia nas quais tinham a responsabilidade de manutenção e gestão da infraestrutura, tinham conhecimento desse problema que nascia de uma denúncia em relação ao incumprimento dos regulamentos que estavam a ser praticados por algumas escolas e em que, supostamente, os pais não poderiam participar as atividades adicionais. Essa denúncia nasceu, a Câmara foi obrigada a intervir, alterou o regulamento, se não estava em erro reforçou a verba que a Câmara pagava por aluno para essas atividades, mas reforçou a proibição que já existia e que não era cumprida da participação dos pais. -----

----- Esse tema era acompanhado pela Vogal Ana Rita e pela equipa com a associação de pais. Tinha havido várias conversas, houve também reunião com a Senhora Vereadora da área da educação e havia o compromisso da Câmara dar uma resposta em relação a esse tema até ao final do mês de fevereiro. Até agora, daquilo que tinham conhecimento, as atividades não foram suspensas porque estava a haver uma participação ainda da associação de pais, dos fundos de maneio que tinham, mas essa situação tinha que ser revista o quanto antes para que não fossem suspensos na sua totalidade. Mais uma vez nascia de uma denúncia, não sabiam quais as razões que essa denúncia existia, esperava bem que não fossem outros interesses de outros organismos que tivessem essas atividades e que queriam os miúdos, em vez de praticarem na escola, fossem para esses clubes ou instituições. -----

----- A requalificação das escolas não era responsabilidade da Junta de Freguesia, mas estando no território da Junta de Freguesia e servindo muitos fregueses do território tinham essa preocupação. Ainda nessa semana a Senhora Vogal da educação

acompanhou a Senhora Vereadora e o departamento de obras à escola Gago Coutinho para verificarem o estado, para darem mais informação ao diretor da escola e ao diretor do agrupamento sobre o ponto de situação das obras. Avançariam em breve e passados todos os trâmites, o que ainda iria demorar, mas ficou o compromisso das questões mais urgentes poderem ser preparadas pelo departamento de obras da Câmara Municipal. Tinham feito esse trabalho e a Senhora Vogal junto da Senhora Vereadora Sofia Athayde para que, enquanto não fossem lançadas essas obras, pudesse haver medidas de mitigação e manutenção para que as condições de segurança fossem garantidas. Portanto, estavam atentos e a fazer esse trabalho dentro daquilo que lhes competia. -----

----- Relativamente ao espaço expectante junto ao hipódromo, era gestão da Junta de Freguesia através do CDC, a Reitoria passou para a Câmara e a Câmara passou para a Junta, iriam verificar o que se passava com esse amontoado de terra, se calhar foi algum empreiteiro que deixou de alguma obra que houvesse ali na zona da faculdade.-----

----- Pedia desculpa à CDU, que não tinha também no seu programa a questão do estacionamento. -----

----- Sobre a Avenida dos Estados Unidos da América e Forças Armadas, como tivera oportunidade de explicar na última sessão da Assembleia de Freguesia, as intervenções planeadas pela direção municipal de mobilidade eram por fases. Até ao final do ano eram as pinturas e a sinalização vertical que estava no local e sabiam que não ajudava grande coisa. Achava que a monitorização dos semáforos estava planeada também até ao final de dezembro, mas não estava efetivamente, tinha passado lá e não estava efetivamente. Acreditava que essas próximas fases, tanto a intervenção nos semáforos como os radares mais punitivos que estavam em aprovação, seriam colocados. -----

----- Quanto à higiene urbana e aos seguros, foram renovados. O Senhor Vogal na última sessão teve oportunidade de explicar que o tema junto da seguradora Caravela estava sanado. Renovaram os seguros e por acaso a Caravela manteve-se, mas esse tema ficou sanado. Se houvesse informação em contrário tinham o contato do Senhor Vogal e pedia que pudessem comunicar para se poder agir. -----

----- Sobre o apoio administrativo, tinham uma funcionária com um problema de saúde algo grave, que esteve de baixa durante algum tempo, que fazia algum trabalho em teletrabalho, mas muito do serviço administrativo não estava a correr como era pretendido e decidiu-se colocar o recibo verde para colmatar essa falha. Era um contrato por cerca de quatro meses e meio para colmatar essa falha. -----

----- Quanto ao relatório, no dia 12 de dezembro aprovaram o relatório da comissão de monitorização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas. Foi feito esse levantamento pelos técnicos que estavam responsáveis, foi feita a matriz de risco, o mapa de riscos, foram avaliados e nesse momento estava a ser trabalhado o novo plano em articulação com a tal associação da transparência, para que o novo plano estivesse já à luz das novas regras que foram sendo alteradas e definidas. O relatório estava feito, os serviços estavam a trabalhar no novo plano de acordo com os riscos que foram encontrados e à luz da nova legislação, em consonância com a associação da transparência. Estaria certamente até à próxima Assembleia de Freguesia, certamente que até ao mês de abril estaria feito, o relatório foi efetuado. -----

----- Sobre a decisão quanto às reuniões do Executivo, por enquanto iam manter tal como estava. -----

----- Agradecia à IL as alternativas que deu. Tinha sido informado que havia um projeto na Guilhermina Suggia para alternativa e criação de mais estacionamento, tentariam recuperar esse projeto que já tinha sido realizado no passado e tentaria verificar qual o estado em que estava, ver se era possível com a direção municipal de mobilidade implementar ou não. -----

----- Quanto às alternativas na Rua José Duro, tinha tido várias reuniões até com os comerciantes e com a restauração daquele local e enquanto as obras do parque de estacionamento do mercado estavam em funcionamento já havia uma supressão de lugares de estacionamento na zona. Na hora de almoço a restauração estava a sentir algumas quebras e, portanto, se colocassem essa medida de só moradores no período noturno ainda iria agravar mais a situação financeira. Tinha que haver um equilíbrio entre moradores e comércio, era uma zona comercial. Percebiam que havia algumas dificuldades, mas eram durante sete ou oito meses.-----

----- Quanto ao estacionamento condicionado e a sinalética para os comerciantes do Mercado de Alvalade, aquilo estava no âmbito do estaleiro e não foi possível reservar aqueles locais no âmbito do regulamento de estacionamento da Cidade de Lisboa que a EMEL estava obrigada a cumprir, porque teria de ser alterado o regulamento e ir à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, etc. A forma encontrada foi através da ocupação da via pública para o estaleiro instalado pelo empreiteiro, com alguma resistência do Município, mas era fundamental para que o mercado pudesse estar aberto que os comerciantes conseguissem ter as suas carrinhas de trabalho estacionadas. Tentariam encontrar uma forma para quando o mercado estava fechado esses lugares pudessem vagar, sendo certo que depois o mercado, eles chegavam às seis da manhã e depois era difícil vagar esses lugares. Não havia soluções ideais, mas diria que tinha sido uma gestão positiva da ocupação desses lugares que supostamente estavam adstritos ao empreiteiro para o estaleiro. -----

----- Sobre as questões do Mudar Alvalade, dar mais algumas informações que se calhar não ficaram claras. Na informação escrita não era possível ter dado essa informação porque era para os meses de setembro, outubro e novembro e não tinham tido ainda reuniões com o Senhor Vice-Presidente sobre essa matéria em específico. -----

----- Relativamente à receita do parque, se houve um direito de superfície, se o promotor do projeto era a Empark, a receita seria da Empark e não havia volta a dar. Era ele que estava a fazer o investimento, pagou um direito de superfície ao Município e, portanto, a exploração seria dessa entidade. -----

----- Haveria um tarifário especial para comerciantes e moradores, mediante as regras que estavam definidas pela Câmara de Lisboa para os parques de estacionamento. Tinham algumas balizas, mas naturalmente o operador privado era livre de operar de acordo com aquilo que era a sua política comercial, sendo certo que existiam algumas medidas de mitigação que o Município de Lisboa aplicava noutros parques de estacionamento dessa empresa e queria acreditar que fosse extensível a esse parque. ----

----- Sobre o tema da perda de receita, não era uma intenção, era uma obrigação do Município de Lisboa compensar financeiramente a Junta de Freguesia porque aquele espaço ainda era da Junta de Freguesia, teriam que passar essa receita no valor que nos últimos anos tinham conseguido gerir. Eram cerca de 60 mil euros quando a Junta de Freguesia recebeu e já ia nos 160 mil, o que não era mérito só do atual Executivo, era mérito também dos Executivos anteriores e dos funcionários da Junta de Freguesia na política comercial que foi imprimida. -----

----- As alterações foram estudadas pelas entidades competentes, não sabia se podia ser para baixo ou para cima, se era em silo ou não, isso eram questões técnicas que estavam elencadas à parte da discussão do valor do direito de superfície ou ao equilíbrio económico-financeiro do contrato e foi estudado pelos técnicos da Câmara. O ideal para si era o parque de estacionamento ser subterrâneo, por baixo do mercado, e ter uma saída dentro do Mercado de Alvalade, essa era a solução ideal na sua visão. Tecnicamente não sabia, não podia aferir essa sua intenção ou desejo.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que tinha uma questão relativamente à resposta sobre o tema da seguradora. Segundo tinha percebido, na informação estava que tinham escolhido três seguradoras para convite, mas o que tinha percebido da resposta era que foi novamente escolhida a Caravela, que não só deixou os trabalhadores sem ter apoio e disseram-lhe que era a segunda pior seguradora, só havia uma pior do que a Caravela. Não se comparava por exemplo à Tranquilidade ou outras seguradoras que tinham mais nome. Não bastava escrever um bom contrato e depois pedir cotações de preços e escolher o mais barato. Era preciso escolher um apoio e pensava que nem teria que ser uma seguradora, podiam ser os serviços sociais da Câmara, os trabalhadores já estiveram antes e preferiam. -----

----- Quando falaram em dezembro com o Senhor Tesoureiro ele disse que iriam reavaliar isso para janeiro e ficaram contentes com essa hipótese, mas se iam insistir na mesma, era uma seguradora que os mediadores diziam preferir não trabalhar porque depois tinham queixas das pessoas que iam lá, eram seguradoras mais pequenas e com mais proximidade com os seus clientes, tinham aqueles modos de seguradoras de evitar pagar ou pagar muito tarde. -----

----- Não era isso que precisavam os trabalhadores, que corriam riscos quando faziam as tarefas de limpeza e manutenção e estavam mais sujeitos a ter acidentes, precisavam do conforto de que iriam ser tratados, que tinham os medicamentos, que iam ter as consultas e o transporte quando era preciso. Não percebia e queria perguntar qual a razão de terem novamente escolhido a mesma seguradora. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que, numa perspetiva otimista, não foi escolhida a pior seguradora. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que era até com um agrado adicional que via na opção do Membro Sérgio de Oliveira essa opção por preferirem uma grande empresa, o que não deixava de alguma forma de o surpreender pela positiva. -----

----- Quanto aos seguros e de acordo com aquilo que tinha transmitido na primeira sessão ordinária da Assembleia, que confirmava que foi efetivamente no final do ano 2024 lançado o novo procedimento, tendo sido convidadas várias seguradoras. No entanto, a única proposta que a Junta de Freguesia de Alvalade recebeu foi a da seguradora Caravela, mantendo-se a mesma até 31 de março. Optou-se por não fazer a renovação anual até ao final do ano 2025, mas sim até 31 de março. Fizeram isso porque paralelamente estavam a trabalhar para lançar um concurso público, na esperança das tais grandes empresas ou terem mais opções das empresas concorrentes para que pudessem eventualmente avaliar outras propostas, sem ter nesse momento qualquer certeza das propostas que iriam ter e se a Caravela iria continuar a manter essa proposta, que sinceramente era até aí financeiramente a mais favorável. -----

----- Não tiveram mais feedback negativo de que as mesmas questões faladas na primeira sessão da Assembleia se estivessem a repetir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constantando não haver mais pedidos de intervenção, deu por encerrado este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 298/2024, relativamente ao Voto de Pesar pelo falecimento do trabalhador da Junta de Freguesia de Alvalade, José Cândido Jardim Andrade;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** leu o seguinte -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Pelo falecimento do trabalhador José Cândido Jardim Andrade*-----
----- *Faleceu no passado dia 19 de novembro José Cândido Jardim Andrade, natural de Angola, trabalhador desta autarquia, afeto ao Serviço de Economia e Inovação.* -----
----- *José Andrade iniciou funções na Câmara Municipal de Lisboa em 8 de janeiro de 1986.* -----
----- *Na sequência da reforma administrativa da cidade de Lisboa, em março de 2014 integrou o mapa de pessoal desta autarquia, como assistente operacional no Mercado de Alvalade, tendo contribuído com a sua dedicação, lealdade, compromisso e competência para a construção e fortalecimento da Freguesia de Alvalade.* -----
----- *José Andrade foi um trabalhador disponível e dedicado, com grande sentido de responsabilidade e serviu a causa pública, com empenho e compromisso.* -----
----- *O Executivo da Freguesia, expressa um Voto de Pesar à família, considerando os serviços prestados à Freguesia de Alvalade.* -----
----- *Lisboa, 28 de novembro 2024* -----
----- *O Vogal Tesoureiro* ----- ”

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria dar uma palavra pelo apreço que tinha por esse trabalhador. Era um trabalhador exemplar e muito dedicado, que já estava doente há algum tempo, muito conhecedor, um trabalhador que já estava em funções públicas há muitos anos e que teve a infelicidade do agravar da sua situação de saúde, acabando por falecer. Queria prestar as condolências e os sentimentos à família e esperar que todos se associassem a esse voto de pesar. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento do trabalhador José Cândido Jardim Andrade”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 299/2024, referente à Celebração de Protocolo de Colaboração com a Casa do Concelho de Tomar;** -----
----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Casa do Concelho de Tomar tinha um trabalho e o papel de promoção de Tomar, mas também tentava agregar o máximo de colectividades de regiões e de concelhos e acolhia muitas iniciativas de outras partes do país. Tinha sido um parceiro, não só durante o período do atual Executivo, mas também já ia de trás, de grande relação com a Junta de Freguesia de Alvalade e sempre que era necessário utilizavam as suas instalações. Sempre que alguma instituição da Freguesia também necessitava estavam sempre prontos a colaborar. -----
----- Recebeu-se há algum tempo um pedido de apoio financeiro para umas obras de beneficiação do edifício sede da Casa do Concelho de Tomar, mais de um ano. Foi sendo maturado e discutido, tentaram encontrar alguma forma de poder colaborar. Era um pedido de apoio financeiro na ordem dos 57 mil euros, solicitado através do RAFA. Como puderam ler no protocolo, em contrapartida a Casa do Concelho de Tomar comprometia-se continuar a ceder de forma gratuita. Já fizeram também uma reunião pública do Executivo na Casa do Concelho de Tomar, cediam as instalações para desenvolver atividades e iniciativas da comunidade que fossem apoiadas pela Freguesia, instituições que tivessem sede ou que a Junta fizesse parte dessas iniciativas. -----
----- O RAFA previa a possibilidade da Freguesia conceder apoios para a realização de obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações. Afigurava-se

importante a atribuição desse apoio financeiro, 60% do valor solicitado de 57 mil euros, o que perfazia um valor de 34.285 euros. Esse apoio seria para ser atribuído em três prestações e no dia da Assembleia de Freguesia estava previsto a primeira prestação ser a 31 de dezembro, mas onde estava 31 de dezembro solicitava que pudessem ler 31 de janeiro de 2025 para que ficasse adequado. -----

----- Para além do apoio financeiro a atribuir considerava-se importante estabelecer uma relação de cooperação ainda mais estreita com a Casa do Concelho de Tomar, com vista à promoção de atividades, iniciativas e projetos conjuntos nos domínios da cultura, dos direitos sociais, do desporto e da educação. -----

----- Colocavam a discussão e a votação esse protocolo com a Casa do Concelho de Tomar, que precisava dessas obras e não tinha capacidade financeira para realizar todas as obras. Se tivessem mais alguma questão, o Vogal do desporto tinha acompanhado e poderia esclarecer mais algum detalhe. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que queria só congratular por verem um instrumento que foi tão estigmatizado e vilipendiado como o RAFA ser bem utilizado com critérios. Não era que não tivesse sido bem utilizado outras vezes, mas era bom ver que realmente o RAFA estava bem feito e continuava a ser utilizado ao fim desses quase quatro anos, apesar de todas as agruras por que passou na Assembleia. Iriam obviamente votar a favor. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que no contrato público do programa se referia que como contrapartida pelo apoio financeiro concedido seria cedido gratuitamente à primeira outorgante a utilização dos espaços na sua instalação e destinava-se a assegurar atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia ou iniciativas de comunidade apoiadas pela Freguesia. Questionava em que moldes estava prevista essa cedência e perguntava se estava estabelecido um número mínimo ou máximo de utilizações e por quanto tempo. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que a vigência para si ser adequada com o exemplo de outros contratos programa semelhantes e dava um exemplo. Tinham um contrato programa para o financiamento de um minibus com o Estrelas São João de Brito, em que nesse mesmo contrato programa estava previsto, em troca do apoio financeiro que davam, apoio esse também dado com base no RAFA, utilizarem durante o período de vigência do contrato o minibus. No caso da Casa do Concelho de Tomar eram as instalações. -----

----- Não havia nenhuma utilização limite das salas, não estava previsto, não foi uma exigência que tivesse sido colocada pela Casa do Concelho de Tomar, onde as relações que tinham eram as melhores. A vivência da contrapartida era durante a vigência do contrato programa e que esperavam que fosse durante muito tempo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que havia essa correção, de 31 de dezembro de 2024 para 31 de janeiro de 2025. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a Assembleia de Freguesia não podia mudar a decisão da Junta de Freguesia de Alvalade, não tinham essa competência. A

competência era de quem aprovou a proposta, ali autorizavam o Senhor Presidente a celebrar um protocolo.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que acabaram ali por retificar, mas se não pudessem fazer em Assembleia de Freguesia votavam a proposta tal como estava e depois fariam um despacho para alteração. Assim a instituição não era prejudicada e podiam seguir com a atribuição do apoio.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 299/2024, referente à Celebração de Protocolo de Colaboração com a Casa do Concelho de Tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 273/2024 de ratificação das Adendas dos Protocolos de Colaboração do Projeto Piloto de Apoio a Alunos com Necessidades de Saúde Especiais do 2º e 3º ciclo;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que nessa proposta estavam a ratificar as adendas que foram realizadas com o Município de Lisboa relativamente ao segundo pagamento da tranche desse projeto piloto de apoio aos alunos com necessidades especiais. Enviaram o protocolo para que pudessem ver as alterações que foram realizadas, mas por lapso foram outros protocolos e enviaram nesse próprio dia, em cima da hora, porque foi quando repararam que não era o protocolo correto, não era o de 2024 e sim o de 2023, mas as alterações eram muito simples e passava a explicar: -----

----- Relativamente à escola básica Almirante Gago Coutinho era um incremento na segunda tranche de 400 euros por aluno. Em vez da Junta receber na segunda tranche 4.920 euros recebeu 5.320, um acréscimo de 400 euros.-----

----- Em relação à escola básica Eugénio dos Santos, em vez de receber na segunda prestação 5.520 euros a Câmara pagou, em virtude do aumento de alunos 13.120 euros.

----- Era uma reposição das contas em relação àquilo que foi o trabalho ou a comparticipação da Junta de Freguesia. Essas adendas eram sempre realizadas para colocar em ordem as contas entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, conforme o trabalho que foi prestado nessas escolas.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não dizia nada de muito novo, já tinham falado outras vezes. Obviamente que iriam votar a favor, era um projeto positivo e que achavam que correspondia às necessidades bastante sérias sentidas pelos cuidadores e pais dessas crianças e jovens. Contudo, queriam saber qual era o balanço feito desse protocolo, do que tinha acontecido e se seria para continuar já ultrapassado o piloto. Já falaram isso noutras Assembleias, nessa confusão do piloto que era pago posteriormente e já estavam a entrar noutra fase, aqueles problemas do costume e que se repetiam sem se saber bem porquê. Nesse caso era por causa da Câmara, mas não se percebia a razão disso acontecer. -----

----- Outra questão que interessava era garantir que os monitores conseguiam responder às necessidades específicas dessas crianças e jovens, porque sabiam que não eram muitos os que estavam preparados tecnicamente para esses efeitos e não era fácil garantir o melhor acompanhamento dessas crianças e jovens. -----

----- Também queriam perceber se o vínculo com esses monitores continuava a ser muito precário e saber quando era previsível que passassem a ter um vínculo mais permanente, ou pelo menos que tivesse uma garantia melhor para as suas qualidades. Deixando de ser piloto ficava efectivo e achavam que seria de lutar pela integração dos trabalhadores necessários para manter esse projeto vivo para a frente. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o projeto piloto tinha esse nome, terminou. A Câmara Municipal não ia renovar, porque sendo piloto era Alvalade e Olivais que tinham esse projeto que era para estender às 24 Juntas e pelos vistos não tinham dotação orçamental. Na Eugénio dos Santos estavam a manter à custa do Orçamento da Junta de Freguesia, apesar das escolas não serem da sua responsabilidade.

----- Os trabalhadores ainda tinham o vínculo a recibos verdes, já falaram com a Senhora Vereadora da educação a dizer que era um projeto importante, a pedir a sua continuidade, um projeto que os pais gostavam e que era importante para a inclusão, mas até essa data ainda não tiveram resposta positiva. Esperavam ter, mas era a Junta a suportar esses encargos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 273/2024 de ratificação das Adendas dos Protocolos de Colaboração do Projeto Piloto de Apoio a Alunos com Necessidades de Saúde Especiais do 2º e 3º ciclo**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 289/2024 relativa ao Regulamento do Serviço de Pequenas Reparações e Limpezas Domésticas;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tiveram oportunidade de ler a proposta, assim como o regulamento que também esteve em consulta pública. Como sabiam, havia uma franja da população com idade superior a 65 anos, cerca de 27% das pessoas habitantes na Freguesia, 8239 pessoas. Em sede da comissão social de Freguesia, nomeadamente no grupo de idade maior, foi feito o levantamento das necessidades e que indicou a necessidade de haver um serviço de pequenas reparações e limpezas domésticas dirigido à população sénior ou com dificuldades de mobilidade. -----

----- Essa identificação também foi feita pelo projeto Radar, um projeto bastante meritório e que a Junta de Freguesia participava. Aliás, foi a primeira Junta de Freguesia a participar no projeto que era gerido pela Santa Casa da Misericórdia e que tinha envolvido as outras entidades muito importantes. -----

----- Esse regulamento e a possibilidade de reparações nas habitações das pessoas com mais idade e com deficiência económica foi também levantada pelo novo parceiro do projeto Radar, o Regimento de Sapadores Bombeiros, que nas suas visitas às 2450 pessoas no território da Freguesia de Alvalade que estavam sinalizadas pelo projeto Radar, cerca de 7,5% da população que vivia ou residia na Freguesia, percebeu que havia uma necessidade efetiva dessas reparações e principalmente no que respeitava à inspeção das canalizações de gás. Muitos desses idosos não sabiam, ou não tinham capacidade, ou não tinham eficiência económica para pedir as inspeções, colocando em perigo não só os próprios idosos, como aqueles que viviam em prédios podiam colocar em risco os próprios vizinhos. -----

----- Acharam que não só por isso, mas também para aqueles que tinham dificuldades na mobilidade, por exemplo mudar uma banheira por um poliban, também na área da limpeza para garantir que não existiam situações de insalubridade em algumas habitações. A equipa da ação social da Junta de Freguesia sinalizou a importância da realização desse programa e desse regulamento. -----

----- Era garantir que havia um programa para dar resposta a essas situações que foram sendo identificadas pelos técnicos da Junta de Freguesia e pelos parceiros que tinham assento na comissão social de Freguesia, mas também no projeto Radar. Os critérios cingiam-se pelo Fundo Social de Freguesia em termos de condições de acesso e visavam colmatar necessidades de forma a melhorar o espaço e a contribuir para o bem-estar dos jovens de mais tempo na Freguesia de Alvalade. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Mário Branco, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que quanto à iniciativa não havia nada a apontar por parte do PS e era bem-vinda, mas havia várias questões que se prendiam com a redação. Quando se definiam os beneficiários o regulamento previa pessoas com 65 anos ou mais e/ou incapacidade superior a 60%. Perguntou se isso era cumulativo, estava referido em dois artigos do regulamento. -----

----- Mais adiante, no artigo 6º: “A renovação dos benefícios previstos no presente regulamento opera por um período de um ano, mediante solicitação do beneficiário e desde que se mantenham os requisitos subjacentes à sua atribuição, bem como a disponibilidade do serviço.” Perguntou o que significava essa disponibilidade do serviço, porque a interpretação inicial do regulamento seria que eram disponibilizados esses serviços e sempre que fosse necessário a Junta de Freguesia assegurava que eles eram prestados. -----

----- O artigo 7º: “Os pedidos são analisados e ordenados pela ação social”. Diria que era o serviço de ação social, mas mais abaixo era a equipa técnica dos direitos sociais, haveria de ser uma coisa ou outra. -----

----- No artigo 9º, essa redação era impossível: “É da competência da equipa técnica dos direitos sociais o acompanhamento dos beneficiários deste programa em casos onde é detectado falsas declarações ou prática de ameaças ou coação sobre funcionários, o desrespeito pelas regras e a ocultação de informação relevante para o processo, poderá haver lugar à cessação imediata do apoio prestado ao agregado familiar em causa e a inibição ao seu acesso durante o período de 24 meses após o conhecimento do facto, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal a que haja lugar”. Era um artigo de seis linhas que merecia pelo menos ser separado em dois números e pelo menos com alguma concordância gramatical, o masculino e feminino e também singular e plural. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que essas questões depois podiam ser deixadas à comissão de redação. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que era uma necessidade existente e a proposta em si era positiva, mas perguntava por que não foi considerado usar meios próprios da Junta. Ou seja, era sempre mais fácil externalizar do que fazer com meios próprios da Junta e nessa parte não estavam de acordo. Iriam votar a favor pela necessidade, mas podia ser feito de outra forma. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente a e/ou com capacidade, tinha que ter idade igual ou superior 65 anos e ter incapacidade ou uma incapacidade de mais de 60%, podia ser cumulativo ou não.-----

----- A disponibilidade do serviço tinha que ver com o valor que iam aportar a esse programa, não haveria dinheiro ilimitado, precisava haver alguma meta, alguma definição de valores.-----

----- Quanto à ação social e direitos sociais, realmente devia ter só uma linguagem, mas era o mesmo núcleo, ação social e direitos sociais.-----

----- O artigo 9º era uma questão de redação, se houvesse coação sobre os trabalhadores o apoio, mesmo que tivessem direito ou não, não seria atribuído. Não iam alimentar essa discussão por questões que lhe pareciam de redação.-----

----- Relativamente à questão da CDU, não era prestado pela Junta porque não tinham capacidade de trabalhadores para realizar esses serviços.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Mário Branco, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que não era sequer uma questão de discussão, era uma questão de gramática portuguesa, mas havia também uma questão subjacente e que era esse tipo de regulamentos serem muitas vezes difíceis para os beneficiários pela linguagem jurídica que frequentemente continham. Nem sempre eram de fácil leitura e se não tinham a gramática que as pessoas aprendiam no ensino básico, com os pontos finais nos sítios, as concordâncias de género, tornava-se ainda mais difícil.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que iriam proceder à votação e se houvesse alguma retificação fariam chegar à Assembleia na próxima sessão.-----

----- Submeteu à votação a **Proposta nº 289/2024 relativa ao Regulamento do Serviço de Pequenas Reparações e Limpezas Domésticas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 290/2024, relativa a alterações ao Regulamento do Fundo Social da Freguesia de Alvalade;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o regulamento foi aprovado na Assembleia em setembro de 2015 e passados três anos foi revisto esse mesmo regulamento, porque as condições socioeconómicas da Freguesia também iam sofrendo alterações. A equipa dos direitos sociais propôs algumas alterações ao regulamento que garantissem uma resposta mais adequada às necessidades específicas que eles iam sentindo no seu trabalho diário junto da população, alteração essa que foi deliberada em julho de 2024 no órgão executivo, depois foi colocado à discussão pública.-----

----- Assim, tinham que as despesas a compartilhar, para além daquelas que já estavam contempladas no anterior regulamento, passavam pelas despesas com bens essenciais como alimentação e higiene, desde que não houvesse duplicação com outros serviços, fosse a título de compensação financeira ou de atribuição de vouchers.-----

----- Despesas com títulos de transporte até ao limite máximo do valor do título de transporte para a Cidade de Lisboa. Alguns já tinham o passe gratuito e, portanto, isso poderia não se aplicar.-----

----- Quanto ao valor a atribuir, na anterior versão não estava explícito e considerou-se fazer sentido, pelo que o artigo 4º referia que a cada agregado familiar seria atribuído um valor máximo na quantia de 1500 euros por ano. Tentou-se criar um teto de atribuição desse valor.-----

----- Em termos processuais, o freguês podia requerer o apoio ou o mesmo podia ser officiosamente instruído pelos serviços da Junta de Freguesia. Portanto, fizeram algumas alterações que foram sendo também reflexo da experiência das equipas e daquilo que tinha sido a experiência de alterações noutros programas que a Câmara Municipal ia fazendo e que tentaram atualizar nesse regulamento, que já ia desde o ano 2015 e tinha que ser por várias vezes atualizado para se adequar à realidade socioeconómica da Freguesia. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que o título do ficheiro era “alterações ao regulamento”, mas na verdade era um novo regulamento. Não estavam assinaladas quais eram as alterações e isso seria útil e facilitaria a apreciação. -----

----- O Senhor Presidente estava a falar nas despesas do título de transporte e essa redação, “valor do título de transporte para a Cidade de Lisboa”, não havia apenas um título de transporte, existia o de 30 euros que era o municipal e existia de 40 euros. Assim estava um pouco estranho, da cidade parecia que era o municipal, mas na verdade as pessoas podiam precisar do título mais abrangente e, portanto, se calhar também convinha ali clarificar essa questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 290/2024, relativa a alterações ao Regulamento do Fundo Social da Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 10 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 304/2024, relativa à ratificação da decisão de modificação objetiva dos contratos no âmbito do procedimento de “Aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e arvoredo sob a gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 26/CPI/JFA/2022;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tinha levado ali uma primeira modificação a esse contrato enquanto o novo contrato de manutenção dos espaços verdes não estivesse em vigor. Já tivera oportunidade de explicar, esse foi um processo mais complexo do que o normal, o concurso público, porque houve algumas reclamações de alguns concorrentes e até a assinatura do contrato foi necessário em alguns momentos fazer a extensão do contrato. Isso em nada prejudicou financeiramente a Junta de Freguesia, aliás, se calhar financeiramente foi até ligeiramente mais vantajosa essa prorrogação porque os valores praticados à data, à luz do contrato que foi firmado em 2022, eram mais baixos do que os valores praticados no ano de 2024.-----

----- Contudo, essa gestão foi sendo feita e fizeram uma segunda modificação para todos os lotes por mais 15 dias, só que não foi possível encerrar os lotes 2 e 3 até essa data e, portanto, necessitavam especificamente para esses dois lotes estender o prazo até ao final de outubro. -----

----- O que estava em questão eram os encargos plurianuais para o ano de 2024, ratificava a segunda modificação objetiva e a terceira de uma só vez. Pedia-se a ratificação da Assembleia da Freguesia para esses valores. Os novos contratos estavam em vigor desde outubro, os lotes 2 e 3 com uma modificação objetiva de mais 5.597 euros para o ano 2024, porque tiveram que responder a mais algumas questões de um dos concorrentes e tiveram que atrasar a assinatura do contrato. Não houve prejuízo

financeiro para a Junta de Freguesia, nem a nível de manutenção, foram garantidas as manutenções nesses dois lotes em específico. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 304/2024, relativa à ratificação da decisão de modificação objetiva dos contratos no âmbito do procedimento de “Aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e arvoredo sob a gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 26/CPI/JFA/2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, MMA e Chega) e 2 votos contra (CDU)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Primeiro para relembrar e esclarecer que a CDU é, por princípio, contra a externalização. Tivemos aqui umas piadas há uns tempos, portanto, para garantir que está bem esclarecido.* -----

----- *A nossa posição de sempre é contra a delegação de competências no âmbito dos espaços verdes, que defendemos que deve ser da alçada do Município por se tratar de uma questão concelhia, estruturante e de carácter permanente. A delegação de competências implica o aumento do volume dos serviços externalizados pela Junta da Freguesia de Alvalade, que não só não garantem necessariamente a qualidade do serviço prestado, como podem acentuar a precarização das relações laborais.”* -----

----- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 216/2024, relativa à ratificação da celebração do Acordo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor para o desenvolvimento do projeto FLAMENC’AERDL;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Vogal da Junta Ana Rita Costenla, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vogal do Executivo Ana Rita Costenla** disse que o Agrupamento Rainha Dona Leonor reuniu com o pelouro da educação, que representava, e posteriormente incluíram também o pelouro dos direitos sociais. O sentido dessa reunião era desenvolver um projeto para mitigar os elevados níveis de absentismo de alguns grupos de alunos. Foi então pensada a possibilidade de desenvolver um atelier de dança e música flamenco como forma de motivar os alunos e dinamizando uma área que era do seu interesse, de forma a prevenir tanto o absentismo e o abandono escolar como de trabalhar as suas competências sociais.-----

----- Desse modo, iniciou-se a título experimental no segundo período do ano lectivo 2023-2024 esse atelier de dança e música e foi bastante bem acolhido pelas crianças e jovens e pelos familiares dos alunos, como também pela restante comunidade escolar. Sabiam isso porque no final do ano letivo, em junho, os alunos fizeram algumas apresentações e tiveram muitos familiares a assistir. -----

----- Eram alunos que viviam no Bairro das Murtas, eram de etnia cigana e tiveram muitos familiares a assistir às suas apresentações, juntamente com pessoas que não eram de etnia cigana, tudo junto a bater palmas, as pessoas bem integradas.-----

----- Apesar do número de inscritos não ter sido muito grande no final do ano passado e vendo a visibilidade que teve o projeto por causa das suas actuações públicas, achou-se que iria ter uma maior adesão no ano letivo 2024-2025. Tendo em conta também a avaliação positiva do projeto, no relatório em anexo, considerou-se pertinente a sua implementação durante todo o ano de 2024-2025 a todo o segundo ciclo, quinto e sexto

ano, por forma a manter os objetivos de fomentar a coesão social, para haver uma melhor coabitação na área envolvente à escola e dos moradores do bairro, promover junto das famílias da comunidade cigana uma imagem positiva da escola, incitar à proximidade e respeito pelos valores culturais diferentes, todos se respeitarem. Promover a assiduidade dos alunos e reduzir o abandono escolar, promovendo assim o sentido de pertença ao agrupamento e à escola, sendo esses valores como o respeito e a responsabilidade dados através da música e da dança. -----

----- Isso iniciou porque no final do ano anterior, 2022-2023, em que tinham muitos alunos com 16 e 17 anos no quinto e no sexto ano. Tornou-se um problema a vários níveis e estavam a conseguir reduzir um pouco o absentismo, iriam ver como corria até ao final do ano. -----

----- Era no sentido de colocar à Assembleia de Freguesia a ratificação da celebração desse acordo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 216/2024, relativa à ratificação da celebração do Acordo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor para o desenvolvimento do projeto FLAMENC’AERDL**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 12 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 307/2024, referente à celebração de Protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que essa proposta de protocolo não era mais do que a Junta de Freguesia de Alvalade ter ao seu dispor, porque a Lei lhe permitia a celebração de um protocolo com essa entidade, que pudessem delegar nessa entidade para a cobrança coerciva de impostos e outras receitas administradas pela Freguesia. Poder ser a administração tributária, com outras ferramentas, com outras condições, com outra preparação, a poder efetuar essa tarefa. -----

----- Estava previsto na Lei, a Junta de Freguesia e bem levava mais essa ferramenta de forma ao próprio regulamento de tabela de taxas e preços da Freguesia de Alvalade poder ser cumprido nas situações que por vezes tinham alguma dificuldade em serem cumpridas, em que não tinham os recursos humanos e até a própria formação para a execução desse trabalho. Uma vez que a Lei o permitia e não estavam a falar de uma entidade privada, mas sim do Estado, acharam por bem levar à Assembleia essa proposta de protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que queria saber quantas situações dessas aconteciam, se a Junta tinha assim tanta dificuldade em contactar esses fregueses para cobrar essas taxas e era preciso ir chamar o cobrador da AT, que era um organismo mais distante. Parecia ser mais interessante que fosse a Junta a fazer essa cobrança e queriam perceber qual a razão de se chamar um cobrador externo para ir ali apertar com os devedores e qual o volume dos casos difíceis. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que a questão era pertinente. Naturalmente que a Junta de Freguesia tinha alguns casos de difícil resolução e em que até agora não tiveram sucesso com os próprios meios. Eram meios que não estavam concentrados

nessa tarefa, alguns milhares de euros e não querendo detalhar a falar do setor A ou B, mas diria que tinha mais a ver com o comércio de uma forma geral. Era mais nesse sentido, que obrigava a um trabalho diferente, que iriam recorrer se o protocolo fosse aprovado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 307/2024, referente à celebração de Protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, MMA e Chega) e 2 votos contra (CDU) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 13 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 322/2024, relativa à ratificação da celebração da Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Grupo Desportivo e Cultural Fonseca e Calçada;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que queria só fazer o enquadramento dessa proposta, que não era virgem no que dizia respeito à ideia. Em tempos apresentaram também uma proposta semelhante em relação ao Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. -----

----- Nesse caso em particular e no trabalho que a área do desporto tinha desenvolvido com todos os clubes da Freguesia, esse tinha as suas condições particulares e as pessoas características, como todos os clubes. Teve num determinado momento da sua vida desportiva e da sua gestão desportiva um número mais reduzido de atletas, fosse de atletas da formação. Esse clube tinha como única modalidade o futsal, tinha uma equipa de competição sénior e depois tinha escalões de formação. Houve um momento na época desportiva 2023-2024 em que conseguiram perceber nas reuniões que foram fazendo que havia uma diminuição do número de atletas, logo uma diminuição do número de horas utilizadas no pavilhão municipal de Alvalade, que tinha através de um protocolo a cedência todos os dias da semana entre as 18:00 e as 22:30 e havia algumas horas que não estavam a ser utilizadas. -----

----- A procura de espaços desportivos pela cidade e em particular espaços desportivos cobertos, pavilhões, por parte de muitas entidades desportivas e muitos particulares era grande e, à semelhança do que fizeram mais uma vez com o campo de jogos da Estados Unidos da América, visualizaram uma oportunidade que parecia fazer sentido e que foi o aluguer de algumas horas que estavam cedidas pelo protocolo ao Grupo Desportivo e Cultural Fonseca e Calçada e que esse aluguer não retribuísse a favor da Junta de Freguesia, mas sim a favor do próprio clube. -----

----- Adenda ao protocolo de colaboração tinha essa explicação, esse enquadramento que durou um determinado momento e que já não se encontrava em vigor, durou na época desportiva 2023-2024, não se aplicando à época 2024-2025. -----

----- Uma última nota que era importante realçar, tendo como base a informação número 275 que acompanhou esse ponto, foi que a certa altura, já numa fase mais recente, no último quadrimestre de 2024, quando quiseram fazer a transferência desses valores de aluguer na ordem dos 4.685 euros para o Grupo Desportivo e Cultural Fonseca e Calçada, o clube teve uma intervenção legal por parte de entidades judiciais no sentido de penhorar a conta bancária do clube. Essa penhora da conta bancária do clube surgia de um tema que já tinha alguns bons anos para trás, que o clube deu de alguma forma, certamente por desconhecimento ou um menor acompanhamento do tema, deu como resolvido. A verdade era que o assunto nunca ficou resolvido e as autoridades agiram

em conformidade, penhorando as contas do clube e nem permitindo qualquer transferência que revertesse a favor do clube, mas sim para essa ação judicial em causa.

----- Em finais de 2024, depois de diversas reuniões com o clube, perceberam que para o clube poder disputar as suas competições, fosse de formação ou da equipa sénior na época 2024-2025, teria que cumprir com toda uma série de pagamentos relacionados com as inscrições federativas, nesse caso na Federação Portuguesa de Futebol e na Associação de Futebol de Lisboa, para que o clube pudesse competir nos seus diferentes escalões. -----

----- Respeitando os considerandos que estavam na informação 275, a que tiveram acesso na distribuição recente desse ponto, à semelhança do que também já tinha acontecido no passado pelo anterior Executivo... podia dar nota que não só junto dos serviços basearam essa decisão e esse procedimento, em procedimentos anteriores e também tiveram oportunidade junto de representantes do Executivo anterior confirmar que essa forma de atuar era permitida. Junto do gabinete jurídico que foi possível montar esses considerandos, sendo que esse pagamento, que não pôde ter sido na totalidade tendo em conta a ação judicial, sendo uma autarquia não podiam fazer o pagamento da totalidade desse valor, mas sim de uma percentagem. -----

----- Como Vogal Tesoureiro e com a responsabilidade do desporto tinha-se dirigido a uma reunião no Grupo Desportivo e Cultural FONSECAS e CALÇADA com o compromisso de que esse valor fosse utilizado para o pagamento das inscrições na Associação de Futebol de Lisboa, tendo acompanhado o pagamento com a utilização desse valor em numerário para esse efeito, para que o clube pudesse em 2024-2025, o que estava a acontecer, que pudesse continuar a sua missão e o seu trabalho junto das camadas jovens, nomeadamente do Bairro FONSECAS e CALÇADA. -----

----- Uma última nota era que paralelamente a isso e sem colaboração efetiva da Junta de Freguesia de Alvalade, porque não o podia fazer, o clube estava a diligenciar no sentido da resolução dessa situação com as autoridades financeiras. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que parecia bem essa adenda ao protocolo e regularizar essa situação que aconteceu da ocupação do espaço, que não acontecia e agora estava a acontecer. -----

----- Viam que o clube tinha feito um esforço para se organizar melhor, ter mais atividade e até recentemente recebeu as quinas de ouro da Federação Portuguesa de Futebol. Era importante quando os clubes estavam com dificuldades terem esse tipo de reconhecimento. Estavam também a tentar certificar como uma entidade formadora. Portanto, tinham de continuar a apoiar o clube, não era só financeiro, mas ajudá-lo a vencer essas dificuldades e dar-lhes apoio para que conseguissem navegar nas Leis ou nos problemas que tinham para cumprir a Lei, fazendo a sua atividade. -----

----- Aproveitava só para perguntar a situação do pavilhão, porque tinham informações que quando chovia entrava água no pavilhão, o que ia deteriorar o pavilhão, certamente prejudicava as atividades do clube e da Junta. Perguntava o que estaria a ser feito para resolver esse problema das infiltrações na cobertura do pavilhão. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que havia uma questão que não tinha conseguido compreender na sua plenitude. O clube tinha as contas penhoradas nesse momento, sendo que essa adenda ao protocolo estabelecia que as verbas da utilização do pavilhão por uma terceira pessoa eram cobradas pela Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia transferia posteriormente para o clube. Pedia confirmação se estava a dizer o

correto, sendo que estavam a falar de uma entidade pública como a Junta de Freguesia e a falar de um clube que tinha as contas penhoradas. Não estava a compreender como essa transferência era feita, só se o clube já não tinha as contas penhoradas, ou entregue em dinheiro vivo como foi ali referido. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que em relação ao pavilhão municipal tinha pena que só falasse na questão de chover lá dentro ou não chover lá dentro, porque em 2024 e também com o intuito de ajudar a criar condições para o próprio Fonsecas e Calçada, a quantidade de melhoramentos que fizeram no pavilhão tinha sido considerável. -----

----- Da mesma maneira e muito bem que se falou das quinas de ouro para o Fonsecas e Calçada, deveria na intervenção ter dado nota de todos os investimentos e melhorias que tinham feito no pavilhão no último ano. Não tendo isso acontecido, iria então enquadrar na questão de chover dentro do pavilhão. -----

----- Efetivamente, em dias de maior concentração de chuva, de más condições climatéricas, indo da cobertura tinham em diversos pontos do pavilhão infiltrações e a queda de água. Como em tudo o que tinham feito em relação ao pavilhão ou outras estruturas, agiram, pediram orçamento, tiveram uma primeira resposta há cerca de 30 dias, resposta essa que foi na ordem dos 55 mil euros para o arranjo das fissuras existentes na cobertura. Consideraram que não se podiam abraçar só a um orçamento e estavam a trabalhar junto de outras entidades que faziam esse tipo de trabalhos para obter mais orçamentos e para tomar a decisão, que passava naturalmente por corrigir a situação da cobertura. -----

----- Em relação à questão do Mudar Alvalade, faria com certeza um novo esforço para explicar, embora condicionado pelo tempo. Na época 2023-2024 as horas que estavam cedidas pelo protocolo ao Grupo Desportivo e Cultural Fonsecas e Calçada não estavam a ser utilizadas a 100%. Pegaram em duas dessas horas em dois dias distintos, terça e sexta-feira da semana, e procederam à resposta a entidades que procuravam aluguer do pavilhão para a prática de mobilidades indoor. Todos esses alugueres feitos nessas duas horas na época desportiva 2023-2024, já não se encontrava essa adenda operacional na época 2024-2025, eram com o objetivo de que esse valor dos alugueres revertesse para o clube, por ser feito em horas da formação do clube e com o intuito da Junta, em reuniões com o clube, de encontrar ali uma solução financeira também que permitisse ajudar o clube além dos apoios regulares, -----

----- Assim foi e fez-se essa adenda, quando chegaram ao momento de transferir a totalidade desses alugueres num só pagamento o clube deu nota que tinha a sua conta penhorada, tendo a Junta de Freguesia e no seu caso em particular, coadjuvado por todos os seus colegas em termos de apoio, falando com o gabinete jurídico e com o Executivo anterior encontraram essa solução. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Vaz, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que a questão relativamente a isso, porque não era advogado, era sobre o aspecto legal do financiamento com contas penhoradas, se isso era legal ou não porque não queria votar em nenhuma ilegalidade. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que agradecia o esclarecimento, efetivamente tinha ficado elucidada. No entanto, ficou em falta a explicação da solução encontrada. Era essa a sua questão, a solução encontrada prendia-se como e se era legal

ou não. Não querendo entrar na parte jurídica, mas era essa a sua questão, qual a solução encontrada e em que moldes ela estava a ser programada.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que assim de repente, a pergunta se era legal ou não, sim era legal. Só podia ser legal, não podiam atuar de outra forma. Estavam acautelados do ponto de vista jurídico e dava nota também que a Lei, para poderem fazer essa operação, obrigava a entregar parte da dívida à Autoridade Tributária. Quanto tinha explicado que desses 4.685 euros só puderam fazer o pagamento de uma parte, sensivelmente 3.600 euros, o resto foi diretamente para o Estado, para a Autoridade Tributária, que era quem penhorou a conta do clube.-----

----- Legalmente e de acordo com aquilo que fizeram, só podiam efetuar pagamentos a entidades que tivessem dívidas ao Estado, que era o caso, se repusessem uma determinada percentagem prevista na Lei e entregarem diretamente ao Estado, não à entidade. Assim fizeram, o pagamento em numerário pela sua mão ao FONSECAS e CALÇADA para pagamento das inscrições do clube para que toda a modalidade do clube pudesse competir e trabalhar durante essa época desportiva. A Junta de Freguesia pagou o restante à Autoridade Tributária. -----

----- Mais uma vez reforçava que não poderia ser de outra forma, porque não podiam atuar de outra forma, tudo isso acautelado e redigido do ponto de vista jurídico. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 322/2024, relativa à ratificação da celebração da Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Grupo Desportivo e Cultural FONSECAS e CALÇADA**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 14. Apreciação, discussão e votação da proposta nº 5/2025, relativa à ratificação da celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Município de Lisboa em matéria de Higiene Urbana;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que pedia desculpa por levar mais uma ratificação de um contrato com a Câmara Municipal de Lisboa, assim como no ponto 15, em que os Presidentes de Junta foram chamados a assinar na Assembleia Municipal esses contratos de delegação de competências para que o valor em dívida do ano 2024, que devia ter sido pago no início do ano, fosse pago ainda no ano 2024. -----

----- Esse contrato tinha a ver com o aumento da taxa turística, em que a Câmara Municipal ia proporcionalmente em relação às Juntas de Freguesia dividir os dois milhões a mais por cada uma das Juntas, em virtude de vários critérios de difícil perceção, mas eram uma Freguesia com baixa pressão turística e, portanto, recebiam comparativamente a outras Juntas com mais pressão turística um valor inferior. De qualquer maneira, era um aumento de mais de 50%. -----

----- Recebiam por ano cerca de 166 mil euros da taxa turística para esse contrato e passaram a receber 254 mil euros em 2024. O contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa era de janeiro a junho, metade da verba foi transferida, 83 mil, supostamente iriam receber 83 mil e em virtude do reforço receberam 170 mil euros. Basicamente todas as Juntas tiveram um incremento, ali tiveram um incremento de 53% no reforço da verba para os trabalhos de higiene urbana que estavam adstritos a esse contrato.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que parecia haver ali bastante falta de transparência e a intervenção do Senhor Presidente foi confirmar isso, não foi fornecido o estudo que era ali referido e que estava na base do novo cálculo. Era positivo e esperavam um aumento acentuado porque a taxa turística aumentava, mas precisavam de comparar o aumento com o das outras Freguesias e perceber qual foi a lógica que estava por trás desses cálculos. O relatório que era ali referido e o novo estudo deviam estar anexos a esse contrato e, portanto, deviam ter sido fornecidos em conjunto para a Assembleia de Freguesia ter toda a informação relativa a esse assunto. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que e a acrescentar ao que foi dito agora a opacidade do estudo, a opacidade da forma de cálculo que realmente era bastante complicada só pela enumeração, mas o acesso que tiveram foi a um valor final sem esclarecimento de onde ia e porque ia, até porque foram criados uma série de critérios novos, ou pelo menos foram referidos alguns critérios novos em relação à forma como deveria ser o cálculo, não só pela tipificação das intervenções, as geografias, etc. -----

----- A acrescentar a isso, era um estudo que ainda por cima foi feito fora dos serviços, foi uma consultoria externa que não percebiam qual a dúvida de continuar com o mesmo estudo ou com a mesma forma de cálculo. -----

----- Desde a reforma administrativa essa divisão dos serviços de higiene urbana não tinha levado nada de positivo à cidade, com 25 entidades a limparem a cidade. Perdia-se escala, perdia-se a resposta célere e também integrada. Portanto, era um remendo dentro de uma grande confusão que foi criada com essa reforma administrativa e podia adiantar que iriam votar contra. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** começou por dizer que era com muito gosto que viu o CDS e o PSD, mas mais o CDS, gostar das taxas e taxinhas, era com agrado que agora dava jeito. -----

----- Sobre o estudo, quando foi a proposta inicial tinha levantado a questão que de facto o estudo usado para a proposta nesse mandato era exatamente o mesmo estudo que foi usado no mandato anterior. Pelos vistos fizeram ainda pior, em vez de pegarem nos serviços que já tinham um modelo estabilizado e que naturalmente tinha que ser atualizado porque a realidade ia mudando, com mais impacto ou menos impacto da questão turística, iam abrindo estabelecimentos, havia mais hotéis, alojamento local, até podiam abrir mais museus, etc., isso acontecia, mas de facto não, conseguiram ainda criar uma “máquina de fazer chouriços” que ninguém sabia o que era para distribuir dois milhões de euros. -----

----- Mais dinheiro era sempre melhor do que menos dinheiro, mas se calhar valia a pena fazer um estudo. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que foram à apresentação do estudo, os critérios eram de difícil compreensão pelo menos para si, devia ser falha sua certamente. Tinha uma série de critérios, até de facilidade ou não do despejo das papeleiras, a distância, o declive, a inclinação, uma série de fatores que dificultavam, mas qualquer aumento de 53% era sempre positivo e parecia-lhe ser um valor que ajudava a aumentar o serviço à população. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 5/2025, relativa à ratificação da celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Município de Lisboa em matéria de Higiene Urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL e Chega), 2 votos contra (CDU) e 2 abstenções (BE e MMA)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Teresa Ferreira para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Mudar Alvalade absteve-se neste ponto porque enquanto o anterior documento que servia de base para o cálculo se encontrava efetivamente desatualizado, mas era claro e permitia ter noção de como é que o cálculo era efetuado, neste momento estamos perante uma realidade desconhecida, por isso não sabemos se o valor foi bem ou mal calculado, se é aplicado ou não é, como é que foi calculado relativamente a outras Freguesias. Daí o Mudar Alvalade se abster relativamente a este ponto.* -----

----- **Ponto 15. Apreciação, discussão e votação da proposta nº 15/2025, relativa à ratificação da celebração do “Contrato de Delegação de Competências para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes na Freguesia de Alvalade”;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era uma atualização do CDC dos espaços verdes que já discutiram ali em 2023. Mais uma vez esse contrato devia ter sido feito no início do ano, o pagamento podia ter sido feito no início do ano com a atualização pela inflação, mas o departamento dos espaços de estrutura verde decidiu fazer algumas alterações que no caso da Freguesia até foram benéficas.-----

----- Esse CDC dos espaços verdes iniciou-se em 2019, havia um valor de 60.500 euros, entretanto foi sendo atualizado não só em termos de valores por metro quadrado e consoante a dificuldade de manutenção dessas áreas expectantes ou espaços verdes que não transitaram na reforma administrativa, foi sendo adicionado não só o valor, mas também alguns metros quadrados.-----

----- Em 2023 o valor do contrato para os seis novos espaços que foram adicionados, para além dos que já existiam, mais a retirada de um espaço na Galeria Quadrum nos Coruchéus, receberam um valor de cerca de 78.000 euros. Agora a Câmara Municipal apresentou uma proposta que consideraram positiva, mantendo os mesmos espaços e a complexidade de manutenção dos mesmos, incrementou de acordo com a inflação em 4.3% e mais uma majoração para a rega de 10%. Portanto, iam passar a receber um valor de quase 89.500 euros. Era um incremento bastante relevante em relação ao contrato anterior, sendo que mantinham os mesmos espaços e a mesma complexidade a nível de manutenção avaliados pela Câmara Municipal de Lisboa, um incremento em relação ao contrato anterior de 11.327 euros. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinham acompanhado isso em várias sessões, mas também esses problemas recorrentes dos pagamentos serem sempre atrasados, não garantir os serviços às Juntas de Freguesia. Já era difícil às vezes as Juntas operarem e tornava-se mais difícil. Era algo em que se calhar tinha que começar a haver uma pressão diferente porque isso passava-se em vários Municípios, mas ali era

constantemente. A organização, o planeamento dos projectos ou fosse aquilo que fosse, não estavam estruturados da forma que necessitavam estar para dar resposta evidente. --

----- Não acrescentaria muito mais e reiterava o que disseram há pouco no ponto 10, que iriam votar contra. A aceitação das delegações de competências continuava a não ser o forte da CDU, achavam que devia ser mantido na alçada do Município. A questão continuava a ser a mesma, uma questão concelhia, estruturante e de carácter permanente e reforçar a externalização dos serviços colocava-se a questão de sempre, seria que ia pagar o excesso e os aumentos de preço que tinham existido e que foram ali falados. ----

----- O mais relevante era que não devia ser assim o modelo de gestão da causa pública, nomeadamente em relação aos espaços verdes. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que era sabido o BE ser contra a externalização da gestão dos espaços verdes. Já tiveram oportunidade de reforçar essa questão quando foi a discussão do Orçamento e tinham proposto ao longo do tempo a constituição de corpos de jardineiros, fosse a nível da Câmara ou das Juntas. A questão principal não era se seria a Câmara ou Junta, podia haver vantagens em ser a Câmara, mas não tinha que ser só a Câmara, podiam ser as duas entidades em simultâneo. -----

----- Não parecia que a delegação de competências estivesse diretamente ligada à externalização, havia uma transferência de verbas entre as entidades, não era uma obrigação que a Junta recorresse a entidades externas para executar as atribuições que ali estavam contidas.-----

----- Iriam abster. No ponto 10 não votaram contra porque estava em causa apenas a prorrogação por um tempo muito limitado do contrato, quando houvesse nova votação de contratos de externalização votariam contra, mas nesse caso iriam abster. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 15/2025, relativa à ratificação da celebração do “Contrato de Delegação de Competências para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes na Freguesia de Alvalade”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, Chega e MMA), 2 votos contra (CDU) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e trinta minutos do dia 16 de janeiro de 2025.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -
-----O PRESIDENTE-----